

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010980-47.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Victor David**
Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito implementada pela ré sem que houvesse razão para tanto, tendo em vista que não possui relação jurídica com a mesma.

Ao contrário do sustentado na petição inicial, o liame entre as partes existiu.

Na esteira do despacho de fl. 90 foi expedido mandado para colher-se manifestação diretamente junto ao autor, sobrevindo então a certidão de fl. 94.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nela, o Oficial de Justiça encarregado da diligência esclareceu que o autor informou não ter conseguido quitar sua dívida perante o réu pois ela crescia além de suas possibilidades e que sua pretensão é equalizar a dívida obtendo novos cálculos de cobrança de juros.

Significa dizer que o próprio autor admitiu ter celebrado contrato com o estabelecimento bancário requerido (ideia diversa seria incompatível com o teor da certidão de fl. 94) e que somente não satisfaz obrigação de pagamento a seu cargo por não ter condições financeiras para tanto.

Independentemente de quaisquer outras considerações sobre os fatos trazidos à colação, esse cenário basta para a pronta rejeição da pretensão deduzida na medida em que os fatos em que se alicerçou estão em dissonância da realidade.

A ré bem por isso, caracterizada a inadimplência do autor, tinha amparo para proceder às negativas impugnadas, razão pela qual não se vislumbra amparo à declaração de inexigibilidade do débito e muito menos ao ressarcimento de danos morais.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 29/30, item

1.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 24 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**